



Um Pacto Ecológico justo para todos: 15 propostas para dinamizar os municípios e as regiões

Na qualidade de políticos progressistas eleitos a nível local e regional, acreditamos firmemente que a luta contra as alterações climáticas e a perda de biodiversidade está indissociavelmente ligada à luta contra as desigualdades sociais e territoriais. Este verão, os fenómenos meteorológicos extremos vieram chamar mais uma vez a atenção para o impacto das alterações climáticas nas diferentes regiões, na sua população e nas economias locais. O aquecimento global antropogénico afeta todos os aspetos da nossa vida: o ar que respiramos, os alimentos que consumimos, a água que bebemos e os lugares onde vivemos.

A poluição atmosférica, por si só, causa quase 300 000 mortes prematuras todos os anos na Europa, e representa uma ameaça particularmente grave para as pessoas mais vulneráveis.

O setor agrícola produz uma quantidade enorme de emissões de amoníaco na UE, que degradam os ecossistemas e as águas subterrâneas. Ao mesmo tempo, a transição para uma forma mais sustentável de produção alimentar constitui um pesado encargo para os agricultores.

A habitação é responsável por 36% das emissões de gases com efeito de estufa na Europa, enquanto o tráfego rodoviário produz 40% das emissões de monóxido de azoto, em particular nas zonas urbanas e nas ruas movimentadas. A nossa dependência dos combustíveis fósseis conduziu a um aumento da pobreza energética e de mobilidade, pondo em grave perigo a transição para a sustentabilidade dos edifícios e dos transportes.

É urgente agir!

Os sociais democratas europeus lançaram o Pacto Ecológico Europeu, um projeto ambicioso, com um horizonte de 30 anos, que envolve mudanças legislativas e culturais fundamentais para lutar contra as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, tendo como objetivo tornar a UE neutra do ponto de vista climático até 2050 e assegurar o abastecimento energético e alimentar do nosso continente. O Pacto Ecológico Europeu deu origem a uma reforma legislativa sem precedentes, definindo não só objetivos ambiciosos em matéria de ambiente, biodiversidade e agricultura, mas também dando resposta a muitos desafios sociais. Chegou o momento de o aplicar, tirando partido da influência acrescida dos governos regionais e locais para mobilizar toda a sociedade em torno deste propósito e assegurar resultados sociais e distributivos positivos para a sociedade em todas as regiões da UE.

Os órgãos de poder local e regional do campo progressista estão na linha da frente no que se refere à concretização dos objetivos ecológicos da UE no terreno, construindo economias resilientes às alterações climáticas e norteadas pelos princípios da subsidiariedade ativa, da equidade, da justiça social e da coesão territorial. A prioridade fundamental da nossa família política para o próximo mandato da UE de 2024-2029 deve ser fazer do Pacto Ecológico uma solução acessível e economicamente comportável para todos e dirigir a Europa para um quadro de bem-estar sustentável e inclusivo.

Um Pacto Ecológico justo para todos: 15 propostas para dinamizar os municípios e as regiões

Enquanto políticos progressistas eleitos a nível local e regional, apelamos para a aplicação das 15 propostas seguintes a nível da UE:

1

Associar de forma ativa os cidadãos, os municípios e as regiões na transição ecológica

Introduzir um novo quadro de governação para salvaguardar o Pacto Ecológico Europeu, associando ativamente os cidadãos, os municípios e as regiões enquanto intervenientes fundamentais na sua aplicação. O atual quadro de governação em matéria de energia e clima não permitirá alcançar a neutralidade climática, uma vez que as principais metas climáticas foram estabelecidas a nível da UE, ao passo que as escolhas em matéria de política energética continuam a ser, em grande medida, prerrogativas nacionais.

2

Impulsionar os investimentos ecológicos

As novas metas de redução da dívida limitam os investimentos públicos ecológicos necessários para lutar contra as alterações climáticas e a perda de biodiversidade. O Tribunal de Contas Europeu adverte que, devido ao financiamento público insuficiente, a UE corre o risco de não cumprir os objetivos que fixou para 2030 em matéria de alterações climáticas. É urgente, por conseguinte, reformar a governação económica da UE para apoiar os investimentos públicos e privados na transição ecológica.

3

Aproveitar ao máximo as oportunidades para efetuar investimentos ecológicos ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

Os Estados-Membros devem tirar pleno partido do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) para efetuar investimentos relacionados com o Pacto Ecológico. Importa ponderar uma prorrogação do prazo de execução dos projetos, seguindo o modelo da política regional.

4

Reforçar as competências necessárias para enfrentar as transições ecológica e digital

Assegurar que os empregadores invistam não só em novas tecnologias, mas também no capital humano necessário para tirar partido delas. Chegou o momento de dotar as pessoas das competências de que necessitam para enfrentarem com sucesso a nova época que se desenha no mundo do trabalho, marcada pela transição ecológica e digital. Neste contexto, preconizamos a criação de uma taxonomia social.

5

Garantir o direito de respirar ar puro

Acelerar a execução do Plano de Ação para a Poluição Zero, acompanhando as metas ambiciosas da UE de medidas suficientemente robustas para apoiar a sua aplicação efetiva, e prevenir a utilização dos fundos da UE para financiar projetos que devem ser da responsabilidade do poluidor. Os cidadãos cuja saúde esteja ameaçada pela poluição atmosférica devem ver reforçado o seu direito a indemnização em caso de violação das normas e de ultrapassagem dos limites.

6

Promover a economia circular

Acelerar a transição de um sistema de produção extrativa linear para uma economia regenerativa circular, promovendo a melhoria de competências, estimulando a inovação social e tecnológica necessária, incentivando modos de produção e consumo sustentáveis e tirando partido do papel exemplar dos poderes públicos através de uma mudança generalizada para contratos públicos circulares e mais ecológicos.

7

Concluir o Regulamento Restauração da Natureza e reduzir os pesticidas

A proposta de regulamento relativo à restauração da natureza apresentada pela Comissão com vista a restaurar os ecossistemas, os habitats e as espécies de todas as zonas terrestres e marítimas da UE, encontra-se em perigo. É absolutamente essencial ultimar este regulamento antes do final do atual mandato. Esta luta está relacionada com a nossa ambição de reduzir a utilização e o risco dos pesticidas em 50% até 2030 e assegurar uma linha de ação coerente para promover solos saudáveis e a utilização de um controlo de pragas respeitador do ambiente.

8

Regular os mercados agrícolas

Os mercados agrícolas devem ser fortemente regulados, o que passa pela negociação de acordos comerciais internacionais mais justos, a fim de combater a especulação e a inflação dos preços dos produtos alimentares, que penalizam sobretudo os europeus mais desfavorecidos e os consumidores mais vulneráveis. Para salvaguardar a nossa segurança alimentar, é necessário assegurar a resiliência dos modos de produção e de consumo sustentáveis de alimentos.

9

Assegurar o acesso a alimentos de qualidade

Assegurar que as futuras políticas europeias favoreçam o desenvolvimento de um sistema de segurança social para a alimentação que promova o acesso a alimentos sustentáveis e a preços comportáveis para todos nas nossas regiões e municípios.

10

Reformar a política agrícola comum (PAC)

Rever a PAC para instaurar quadros de cooperação reforçados entre as zonas urbanas e rurais no domínio da alimentação e da agricultura e consolidar os sistemas alimentares locais e regionais, a fim de melhorar a qualidade dos alimentos, tornar a agricultura mais sustentável e assegurar emprego de qualidade no setor agrícola e rendimentos justos para os agricultores, garantindo ao mesmo tempo o acesso a terrenos agrícolas.

11

Fazer funcionar o Fundo Social em matéria de Clima

Aumentar a dotação financeira do Fundo Social em matérias climáticas no próximo quadro financeiro plurianual (QFP) para ajudar os consumidores vulneráveis e as pequenas empresas a fazer face à pobreza energética e de mobilidade. O Fundo Social em matérias climáticas deve ser integrado na política de coesão e gerido conjuntamente com as regiões. Ao mesmo tempo, a UE deve abster-se de apoiar financeiramente as empresas do setor dos combustíveis fósseis.

12

Aumentar o acesso a habitação a preços comportáveis

Demasiados cidadãos debatem-se com a sobrecarga do custo da habitação e a insegurança habitacional devido à financeirização do setor, que considera a habitação uma mercadoria destinada ao comércio e ao investimento. A habitação é um direito humano, reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e consagrado no princípio 19 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. É necessária, por conseguinte, uma maior ambição para aumentar o acesso a habitação a preços comportáveis, tanto no que se refere às regras em matéria de auxílios estatais como à regulamentação do investimento especulativo na habitação.

13

Garantir uma habitação digna

A "Renovation Wave" na Europa deve aumentar a qualidade e a acessibilidade da habitação em toda a UE e melhorar o planeamento urbano centrado nas pessoas. Apoiada pela Iniciativa Europeia para uma Habitação Responsável, deve ser acompanhada de normas de qualidade para a habitação em geral e para a habitação social em particular. Os decisores políticos devem estimular a densificação sustentável das cidades e limitar a expansão urbana para promover ambientes urbanos sustentáveis e melhorar o futuro das nossas cidades.

14

Erradicar a pobreza energética

Potenciar o plano REPowerEU e a aplicação do pacote "Fit for 55" para continuar a acelerar a transição energética rumo a um sistema energético mais descentralizado e democrático, que garanta energia sustentável, segura e a preços acessíveis para todos. Intensificar os investimentos em energias renováveis e impulsionar o desenvolvimento de tecnologias limpas, incluindo o hidrogénio renovável. Importa continuar a apoiar iniciativas como as comunidades locais de energia enquanto instrumento de luta contra a pobreza energética.

15

Tornar acessível a mobilidade sustentável

Aplicar o princípio 20 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, assegurando que é respeitado o direito de todos os cidadãos da UE a uma mobilidade sustentável e a preços acessíveis enquanto serviço básico, e desenvolver uma estratégia para combater a pobreza de mobilidade, que constitui um problema cada vez mais grave na UE. É necessário criar, em conjunto com os órgãos de poder local e regional, um indicador para os vários Estados-Membros suscetível de aferir concomitantemente os desafios em matéria de mobilidade e a pobreza energética, a fim de nos ajudar a repensar a conceção e o planeamento das cidades. Por último, importa assegurar mecanismos de subvenção que promovam a utilização de veículos elétricos nas zonas rurais remotas.